

pondências em nome da Companhia; praticando enfim todos os atos necessários para o regular desenvolvimento dos serviços contratados pela Companhia; representar a Companhia perante órgãos públicos em todas as esferas da administração pública direta e indireta, bem como perante órgãos de classe, agências reguladoras, sindicatos e instituições financeiras. § 3º - A assinatura de contratos de financiamento, aditivos de contratos de financiamentos e contratos em geral seguirá a regra prevista no §1º deste artigo. Art. 11 - Nos limites de suas atribuições e poderes, é lícito à Diretoria constituir procuradores em nome da Companhia, devendo os respectivos instrumentos especificar os atos que poderão praticar, sendo vedado o substabelecimento, exceção feita unicamente aos mandatos com finalidade *ad judícia*, para os quais será permitido o substabelecimento. § 1º - Com exceção do mandato judicial, todos os demais instrumentos de procuração terão prazo determinado de no máximo 1 (um) ano, contado da data de assinatura do respectivo mandato, mantendo-se vigente ainda que encerrado o mandato do Diretor(es) Outorgante(s). § 2º - A Companhia, observado o disposto neste artigo, poderá constituir procuradores para representá-la isoladamente em: a) mandatos judiciais, compreendendo inclusive os atos de renúncia, desistência, transação, recebimento e quitação; b) atos especificamente descritos nos respectivos instrumentos de mandato outorgado. §3º Não terão validade, nem obrigarão a Sociedade, os atos praticados em desconformidade com o disposto no presente artigo ou em operações estranhas aos negócios ou ao objeto social. Art. 12 - A Diretoria reunir-se-á sempre que os negócios e interesses sociais o exigirem, mediante convocação feita pelo Diretor Presidente. Deliberará com a presença de todos os seus membros e por maioria de votos, cabendo ao Diretor Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade. Do que for deliberado, será lavrada ata em livro próprio, que ficará à disposição da Assembléia Geral. Parágrafo único - Os membros da Diretoria serão investidos em seus cargos mediante termos de posse lavrados nos livros de Atas das Reuniões da Diretoria, termos esse que também deverão ser lavrados nos casos de substituições a que se refere o artigo 8º, § 4º deste Estatuto. **CAPÍTULO IV - Do Conselho Fiscal:** Art. 13 - O Conselho Fiscal compor-se-á de três membros efetivos e respectivos suplentes de igual número, acionistas ou não, todos residentes no País, e não funcionará de modo permanente, mas sim somente nos exercícios sociais em que for instalado a pedido de acionistas, na forma da lei, sendo eleito e instalado na própria Assembléia Geral em que seu funcionamento for solicitado. A mesma Assembléia Geral também fixará seus honorários. § 1º - Os membros suplentes substituirão os efetivos pela ordem dos nomes consignados na ata de sua eleição; § 2º - O Conselho Fiscal tem as atribuições e os poderes que a lei lhe confere. **CAPÍTULO V - ASSEMBLÉIA GERAL:** Art. 14 - A Assembléia Geral, órgão supremo da Sociedade, é constituída por acionistas que comprovem essa qualidade. Art. 15 - A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente dentro dos quatro primeiros meses subsequentes ao término do exercício social para fins previstos em Lei e, extraordinariamente, em todas as oportunidades em que os interesses da Sociedade assim o exigirem, guardados os preceitos de direito nas respectivas convocações, que serão feitas pelo Presidente da Diretoria, ou pelo seu substituto legal. Art. 16 - A Assembléia Geral terá as atribuições que lhe são conferidas pela lei, sendo ordinária ou extraordinária conforme a matéria sobre a qual versar. A Assembléia Geral Ordinária e a Assembléia Geral Extraordinária poderão ser cumulativamente convocadas e realizadas no mesmo local, data e hora, instrumentadas em ata única. § 1º - As deliberações das Assembléias Gerais, exceto nos casos legais, são tomadas por maioria absoluta de votos. § 2º - As Assembléias Gerais serão instaladas pelo Diretor Presidente e, na sua ausência ou impedimento, serão instaladas por qualquer outro Diretor. § 3º - O acionista pode fazer-se representar nas Assembléias Gerais por procurador que atenda às condições da lei, sendo exigido a apresentação do respectivo instrumento de mandato junto à Sociedade de 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembléia Geral. **CAPÍTULO VI - EXERCÍCIO SOCIAL E RESULTADOS:** Art. 17 - O Exercício Social iniciar-se-á no dia 01 de janeiro e encerrar-se-á no dia 31 de dezembro de cada ano. Art. 18 - Anualmente, proceder-se-á ao levantamento das demonstrações financeiras, podendo, no entanto, a Diretoria, autorizar a levantá-las semestralmente ou ainda a qualquer tempo que julgar conveniente aos interesses da Sociedade. Art. 19 - Do resultado do exercício serão deduzidos, sucessivamente, e na seguinte ordem: a) os prejuízos acumulados; b) a provisão para imposto de renda; c) uma participação até o limite legal, a ser distribuída aos administradores. Art. 20 - Após apurado, na forma do artigo anterior, o lucro líquido do exercício, deste será deduzido o montante necessário para constituição da Reserva Legal e, se for o caso, serão abatidos os valores adequados para formar as reservas previstas e definidas em lei. Art. 21 - Sobre o lucro que remanescer, após as deduções do artigo anterior, serão calculados e deduzidos os dividendos obrigatórios a distribuir, destinando-se, então, o saldo final, seja para distribuição suplementar, seja para constituição de uma Reserva de Aumento de Capital, observado que a finalidade desta é propiciar o permanente desenvolvimento da Sociedade

pelo sistemático reinvestimento de uma parcela dos lucros, limitada dita Reserva a um montante igual a oitenta por cento do próprio capital da Sociedade. Esta reserva poderá ser utilizada na absorção de prejuízos, sempre que necessário, na distribuição de dividendos, a qualquer momento, nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações ou na incorporação ao Capital Social. Art. 22 - O dividendo obrigatório é fixado em 25% (vinte e cinco por cento) no mínimo, do lucro líquido do exercício, apurado na forma do artigo 21, previamente acrescido das verbas previstas em lei. § 1º - O montante dos juros a título de remuneração do capital próprio que vier a ser pago por opção da Sociedade, na forma do Art. 9º da Lei no 9.249 de 26/12/1995, poderá ser, a critério da Diretoria, deduzido do valor do dividendo obrigatório de que trata a letra b deste artigo, conforme faculta o parágrafo 7º do Art. 9º da referida lei. § 2º - O pagamento dos dividendos deverá ser feito, salvo deliberações em contrário da Assembléia Geral, no prazo de 60 (sessenta) dias da data em que for declarado e, em

qualquer caso, dentro do exercício social. Art. 23 - Os dividendos não reclamados reverterão em favor da Sociedade quando prescreverem, observadas as exigências legais. **CAPÍTULO VII - Disposições Gerais:** Art. 24 - A Sociedade entrará em liquidação nos casos legais e na forma prevista em lei. Art. 25 - Aos casos omissos, aplicar-se-ão os dispositivos da lei no 6.404/76 e demais normas legais pertinentes. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que após lida e achada conforme, foi assinada pelos presentes, tendo o Sr. Presidente encerrado a Assembleia. **Assinaturas:** Alberto Bornschein, Presidente, Arthur Kiefer, Secretário. **Acionistas:** AB Administração de Bens, Negócios e Participações Ltda., p/p Alberto Bornschein e Arthur Kiefer. Certificamos que a presente ata confere com o original lavrado no Livro de Atas das Assembleias Gerais nº 8, fls. 01 à 08. Registrada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob o nº 20178214477 Em 10/04/2017 - Henry Goy Petry Neto - Secretário Geral. Cod. Mat.: 445115

HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS
HOSPITAL INFANTIL DR. JESER AMARANTE FARIA
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015.

HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS - Hospital Infantil Dr. Jeser Amarante Faria					
CNPJ nº 76.562.198/0003-20					
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016					
Valores expressos em Reais					
ATIVO		2016	2015	PASSIVO	
CIRCULANTE	Nota			CIRCULANTE	Nota
- Caixa e Equivalentes de Caixa	4	218.504	209.950	- Fornecedores	
- Aplicações Financeiras	4	10.527.946	1.984.173	- Obrigações trabalhistas	9
- Convênios a Receber	5	5.998.000	13.600.878	- Provisões trabalhistas	
- Depósitos Judiciais		349.834	95.131	- Obrigações sociais e fiscais	
- Outros créditos a receber	6	11.073.372	7.452.646	- Outras obrigações	
- Estoques		501.755	731.764	Total do Passivo Circulante	
- Despesas antecipadas	7	298.064	613.968		
Total do Ativo Circulante		28.967.475	24.688.510		
NÃO CIRCULANTE					
- Outros Créditos		12.500	6.374	NÃO CIRCULANTE	
- Imobilizado	8	13.782.010	10.169.965	- Processos Trabalhistas	
- Intangível	8	14.965	48.413	- Imobilizado em Concessão	10
- Investimentos		250.818	218.546	- Intangível em Concessão	10
				- Depósitos judiciais	
- Bens em Comodato		173.250	173.250	Total do Passivo Não Circulante	
Total do Ativo Não Circulante		14.233.543	10.616.549		
TOTAL DO ATIVO		43.201.018	35.305.059	PATRIMÔNIO SOCIAL	
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS DE 2016 E 2015					
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO					
Valores expressos em Reais					
DRE		2016	2015	DVA	
Receita operacional bruta		71.976.000	71.976.000	Receita	
- Convênios SUS		71.976.000	71.976.000	Vendas e Serviços Prestados	
Rejeição de contas Convênios		-	-	Contas Rejeitadas e Descontos Concedidos	
Custos dos serviços prestados		(33.593.123)	(33.858.943)	Outras Receitas	
- Custos Serviços Terceiros PJ		(23.554.330)	(23.893.675)	Materias/Serv.Adquiridos	
- Custos Serviços Terceiros PF		(582.434)	(531.201)	Terceiros	
- Custos Materiais Aplicados		(9.456.359)	(9.434.067)	Valor Adicionado Bruto	
Receita Operacional Líquida		38.382.877	38.117.057	Depreciação e Amortização	11
Despesas operacionais		(43.123.911)	(39.120.081)	Valor Adicionado Líquido	
- Despesas com pessoal		(32.444.940)	(31.351.411)	Valor Adicionado Recebido e Transferido	
- Despesas gerais		(10.444.172)	(7.641.435)	Resultado de Equivalencia Patrimonial	
- Despesas tributárias		(234.799)	(127.235)	Receitas Financeiras	
Resultado Financeiro líquido		(44.126)	(178.931)	Valor Adicionado Total a Distribuir	
- Despesas financeiras		(234.248)	(249.004)	Pessoal e Encargos	
- Receitas financeiras		190.122	70.073	Impostos e Taxas	
Outras Rec./Desp. Operacionais		1.830.931	1.488.114	Despesas Financeiras e Juros	
Superávit/Déficit do exercício		(2.954.229)	306.160	Superávit/Déficit do Exercício	
				TOTAL	
<i>Ivete Negrelli</i>		<i>Claudia Heleodoro Lopes</i>		<i>Ivete Negrelli</i>	
<i>Diretora Geral</i>		<i>Contador CRC/SC</i>		<i>Diretora Geral</i>	
		038362/O-4			
				<i>Claudia Heleodoro Lopes</i>	
				<i>Contador CRC/SC</i>	
				038362/O-4	

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS Hospital Infantil Dr. Jeser Amarante Faria CNPJ nº 76.562.198/0003-20		
DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO ENCERRADO EM 2016		
Valores expressos em Reais		
	2016	2015
SUPERÁVIT/DÉFICIT LÍQUIDO	(2.954.229)	306.160
Depreciação	(0)	0
Ajuste de Exercícios Anteriores		
SUPERÁVIT/DÉFICIT AJUSTADO	(2.954.229)	306.160
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Aumento/Redução de Créditos a Receber a Curto Prazo	(7.602.878)	1.604.878
Aumento/Redução Estoques de Materiais e Medicamentos	(230.009)	218.123
Aumento/Redução de Outros Créditos a Curto Prazo	(3.620.726)	-
Aumento/Redução de Créditos de Longo Prazo	-	-
Aumento/Redução Fornecedores de Materiais e Serviços	(1.007.586)	1.397.245
Aumento/Redução de Ordenados e Encargos Sociais	4.283.003	921.751
Aumento/Redução de Outros Débitos a Curto Prazo	1.876.379	(2.668.135)
Aumento/Redução de Outros Débitos a Longo Prazo	5.646.072	10.844.323
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(3.609.974)	13.965.898
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado/intangível	3.578.597	(6.006.079)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES INVESTIMENTOS	3.578.597	(6.006.079)
Aumento Líquido nas Disponibilidades	(31.378)	7.959.819
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	6.677.930	3.779.182
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	10.746.450	2.194.123
<i>Ivete Negrelli</i>	<i>Claudia Heleodoro Lopes</i>	
<i>Diretora Geral</i>	<i>Contador CRC/SC</i>	
	<i>038362/O-4</i>	

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 – (EM REAIS)

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

O Hospital Nossa Senhora das Graças com sede de sua Matriz em Curitiba – Paraná, pessoa jurídica de direito privado, de fins não econômicos, é qualificada pelo Ministério da Saúde como Entidade Beneficente de Assistência Social na área de saúde – CEBAS/SAÚDE, assim como foi qualificada como Organização Social pelo Estado de Santa Catarina, na forma do Decreto Estadual nº 1.152/08. Estabeleceu filial na cidade de Joinville, sob o mesmo nome e com título de fantasia Hospital Infantil Dr. Jeser Amarante Faria, a fim de atender as disposições contidas no Contrato de Gestão nº 001/2008 - para a gestão e execução de atividades de serviços de saúde a serem desenvolvidas na referida unidade hospitalar – celebrado com a Secretaria do Estado da Saúde e a Interveniência da Secretaria de Estado de Planejamento de Santa Catarina. O Extrato do Contrato de Gestão foi publicado no dia 09 de agosto de 2008 no Diário Oficial – SC nº. 18.434. O Contrato de Gestão nº 001/2008 entrou em vigor no dia 26 de agosto 2008 e permanece vigente até 23 de maio de 2017, conforme dispõe o 10º Termo Aditivo, firmado em 20 de Julho de 2012.

1.1- Recursos Financeiros

Os recursos financeiros foram pactuados em contrato e através de Termos Aditivos, totalizando 18 (dezoito) até o momento. Os Termos que tem por alguns dos objetos o Desembolso Financeiro mensal, e que estão apresentados conforme a demonstração abaixo:

Termo Aditivo	Exercício	Montante	Finalidade
Contrato	2008	12.805.759,31	Custeio Operacional
1º Termo	2009	58.596.047,30	Custeio Operacional
2º Termo	2009	0	Apresentação de Projetos
3º Termo	2009	0	Atualizar Projeto
4º Termo	2010	60.006.305,88	Custeio Operacional
5º e 6º Termo	2011	46.350.000,00	Custeio Operacional
7º Termo	2011	102.027,74	Central de Resíduos D.O. nº 19.279
8º Termo	2011	76.600,00	Projeto Ala Psiquiátrica D.O. nº 19.280
9º Termo e 10º Termo	2012	52.650.000,00	Custeio Operacional
11º Termo e 12º Termo	2013	60.612.158,34	Custeio Operacional
13º Termo	2014	71.976.000,00	Custeio Operacional
14º Termo	2014	13.476.976,00	Programa Pacto por Santa Catarina
15º Termo	2015	343.445,71	Programa Pacto por Santa Catarina
16º Termo	2015	71.976.000,00	Custeio Operacional
17º Termo	2015	1.334.341,03	Programa Pacto por Santa Catarina
18º Termo	2016	71.976.000,00	Custeio Operacional
Total		522.281.661,31	

2 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do exercício, findo em 31 de dezembro de 2016, foram elaboradas de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, pronunciamento emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade, aplicável às Pequenas e Médias Empresas.

3 - RESUMOS DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 - Apuração do Resultado - As receitas, despesas e provisões são escrituradas pelo regime de competência, observando-se o critério "pró-rata-temporis".

3.2 - Ativos Circulantes - Os ativos realizáveis em prazo de até um ano são demonstrados como circulante. São acrescidos, quando devido, dos rendimentos auferidos e encargos devidos.

3.3 - Créditos a Receber - Se referem a valores dos repasses mensais de R\$ 5.998.000,00, ref. dezembro de 2016, conforme 18º Termo Aditivo. O saldo a receber da conta 649 "Custeio", ao final do exercício de 2016, é de R\$ 5.998.000,00. Seu recebimento se realizará em curto prazo e está registrado no Ativo Circulante.

3.4 - Outros Créditos - Valores a receber que tem prazo de realização até o último mês do exercício seguinte, cujo controle se encontra em contas analíticas controladas mensalmente junto ao setor financeiro.

3.5 - Estoques - Os estoques de medicamentos e materiais de consumo foram avaliados respectivamente pelos custos médios de aquisição, os quais não superam os valores de mercado. Aplicamos a valoração de itens de estoque que se mantiveram no estabelecimento e que reduziu o custo unitário em virtude de obsolescência.

3.6 - Ativos não circulantes - Os ativos realizáveis com previsão de recebimento depois do último mês do exercício seguinte foram classificados como não circulante, são acrescidos quando devido, dos rendimentos auferidos e encargos devidos.

3.7 - Imobilizado - Demonstrado, ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 2016, cuja depreciação não é mais reconhecida no grupo de resultado, seguindo as diretrizes da NBC TG 27 e CPC 7 onde trata dos Bens em Concessão.

3.8 - Passivos circulantes - Os passivos exigíveis até o último mês do exercício seguinte são classificados como Circulantes, programamos um controle de classificação de fornecedores com estrutura de empresas fornecedoras de materiais e medicamentos e prestação de serviços.

3.9 - Provisões Trabalhistas - Constituídas de acordo com o regime de competência e com base na folha de pagamento de pessoal durante o período encerrado. Foram apropriadas, um doze avos mês, da respectiva despesa a pagar a título de férias e décimo terceiro salário.

4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	Ano 2016	Ano 2015
Caixa	2.055	2.500
Bancos- Conta Movimento	216.449	207.450
Bancos-Conta Aplicação	10.527.946	1.984.173
Total	10.746.450	2.194.123

4.1 - As aplicações financeiras se encontram atualizadas até a data do levantamento das demonstrações financeiras, as mesmas são mensuradas pelo valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação.

4.2 - A instituição recebe doações de empresas que mantemos aplicados para uso nas instalações e projetos criados internamente. Ao encerrar o exercício de 31 de dezembro de 2016, foram mantidos os seguintes saldos: (i) saldo final da conta de outras doações, no valor de R\$ 576.701; (ii) saldo final da conta destinada ao Instituto Ronald Mc Donalds, no valor de R\$ 728.959, deverá ter utilização em prol de crianças diagnosticadas com câncer, na forma do instrumento jurídico pactuado entre as partes.

4.3 - Há o saldo de R\$ 5.937.495, em 31 de dezembro de 2016, na conta contábil "Bancos Conta-Aplicação" referente a recursos recebidos pelo 18º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 001/2008, cuja execução e pagamento das obras estão previstos para o exercício de 2016, sendo que os referidos recursos são oriundos do Programa Pacto por Santa Catarina celebrado pelo Governo do Estado de Santa Catarina.

4.4 - Referente ao 14º TA, este é composto de R\$ 9.675.476,00, para execução de obras na unidade hospitalar Hospital Materno Infantil Dr. Jeser Amarante Faria; e R\$ 3.801.500,00, para compra de equipamentos nacionais pertencentes à lista de equipamentos disponibilizados no site do BNDES. Foram recebidos, em dezembro de 2014 o montante de R\$ 3.460.648,49 referente aquisição de equipamentos; a diferença de R\$ 340.851,51 refere-se a equipamentos que não estão contemplados na lista do BNDES. O valor referente a execução da obra será recebido conforme cronograma físico/financeiro, validado através de medições realizadas mensalmente.

5 - CONVENIOS A RECEBER

Refere-se a valores dos repasses mensais de R\$ 5.998.000, conforme 17º Termo Aditivo Contratual, referente ao mês de Dezembro.

6 - OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Provisionamos nesta conta os valores de processos civil e trabalhista classificados como "PERDA PROVÁVEL" pela empresa de assessoria jurídica.

Descrição	Ano 2016	Ano 2015
Provisão de Rescisões Trabalhistas	11.073.372	7.440.125

7 - COBERTURAS DE SEGUROS

A cobertura de seguros é determinada de acordo com a orientação obtida de especialistas, segundo a natureza e grau de risco, sendo considerada adequada para cobrir eventuais perdas para o patrimônio da Instituição.

7.1 - Os bens da empresa estão segurados da seguinte forma: Cobertura Civil Automóvel no valor de R\$ 100.000,00 e vigência entre 09/10/2016 a 09/10/2017 com a empresa Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.

7.2 - A Entidade possui cobertura de seguros junto a Mapfre Seguros Gerais S.A. com a vigência do contrato entre 17/08/2016 a 17/08/2017 e tem as seguintes coberturas Máxima: R\$ 58.000.000,00.

8 - IMOBILIZADO

Ativo Não Circulante	Custo	Depreciação	Valor Residual	
	Corrigido	Acumulada	2.016	2.015
Máquinas e Ap. de Med. e Cirurgia	3.617.221	-5.388.481	9.005.702	9.001.557
Máquinas e Equipamentos Gerais	69.704	-262.171	331.875	320.261
Móveis e Utensílios	608.301	-880.736	1.489.037	1.485.571
Equipamentos de Informática	34.037	-960.430	994.467	982.999
Veículos	0	-40.900	40.900	40.900
Benf Imóveis e Terceiro Ampliação e Reforma - Pacto por SC	8.935.103	0	8.935.103	4.172.657
Benfeitoria em Imóveis e Terceiro - Custeio SC	517.644	0	517.644	517.644
Total	13.782.010	-7.532.717	21.314.726	16.521.589

8.1 - Foi alterado o nome da Conta Contábil de Equipamentos e Proc. Dados para Equipamentos de Informática. No exercício de 2014, havia uma Conta Contábil genérica com o nome de "Móveis e Máquinas"; para o exercício de 2015, essa Conta Contábil foi separada em "Móveis e Utensílios e Máquinas" e "Equipamentos Gerais". Conforme nova reclassificação de estrutura do balancete, foram criadas duas novas Contas Contábeis, que são: "Benf. Imóveis e Terceiro Ampliação" e "Reforma - Pacto por SC" que se refere como o próprio nome diz, a benfeitorias de imóveis referente ao Pacto por SC e "Benfeitoria em Imóveis e Terceiro - Custeio SC" que se refere a benfeitorias em imóveis e terceiros com a verba do Custeio SC. O valor total do Imobilizado e Intangível no Ativo não Circulante se anula com o valor de Imobilizado em Concessão e Intangível em Concessão no Passivo não Circulante com Base NBC TG 27 e CPC 7 onde trata dos Bens em Concessão.

9 - PROVISÕES TRABALHISTAS

Nesta conta são contabilizadas as provisões de Férias, 13º Salário, Encargos de Férias e 13º Salário e Rescisões a Pagar.

Descrição	Ano 2016	Ano 2015
Provisões trabalhistas	14.202.096	10.129.385

10 - IMOBILIZADO EM CONCESSÃO

Descrição	Ano 2016	Ano 2015
Imobilizado em Concessão	13.782.010	10.129.385

Conforme mencionado no Item 8.1 este grupo foi criado com o objetivo de anular o valor investido em Bens e Obras com recursos da SES e BNDES, lançados conforme os princípios contábeis no grupo do Ativo Não Circulante.

11 - DEPRECIACÃO E AMORTIZAÇÃO

Descrição	Ano 2016	Ano 2015
Depreciação e Amortização	1.222.979,51	955.652

Com base na NBC TG 27 e CPC 7, onde trata dos Bens em Concessão, foram efetuados os lançamentos de Reversão da Depreciação com os bens adquiridos com as verbas de custeio e BNDES, dando continuidade aos lançamentos realizados no Item 10. O montante revertido foi de R\$ 1.

193.882,62 de depreciação referentes a 2016 e R\$ 29.096,86 referente a Amortização.

12 - ISENÇÕES DA QUOTA PATRONAL INCIDENTE SOBRE A FOLHA DE SALÁRIOS

A exigibilidade encontra-se suspensa por força da tutela antecipada concedida nos autos nº 2009.70.00.024319-4, que tramita na 5ª Vara Federal Cível de Curitiba.

12.1 - A instituição, na condição de entidade sem fins lucrativos e de caráter beneficente de assistência social, nos termos da legislação vigente, beneficiou-se das imunidades tributárias durante o ano 2016. A seguir estão discriminados os principais benefícios obtidos neste exercício: Quota Patronal e FAP Incidente sobre a Folha de Salários - R\$ 7.423.585,61, Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS R\$ 2.159.280 e Programa de Integração Social - PIS R\$ 265.757,04.

13 - DOAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES

Estão registradas a valores originais e de acordo com a sua realização financeira. As doações são recebidas de terceiros, a título de colaboração por espontaneidade, nossa receita com doações se referem ao recebimento para Projeto da Casa de Apoio, Convênio com a Universidade de Joinville, Convênio com Instituto Ronald MC DONALDS e Outras Receitas de sessão de espaço e de doadores avulsos.

14 - PATRIMÔNIO SOCIAIS

O Valor do Patrimônio Social registrado, em dezembro de 2016, é de R\$ 5.141.677,72. Estes registros são oriundos especificamente da Filial instalada em Joinville.

Ivete Negrelli
Diretora Geral

Claudia Heleodoro Lopes
Tec. Contabilidade CRC/SC 038362/O-4

HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS HOSPITAL INFANTIL DR. JESER AMARANTE FARIA				
RELATÓRIO DE EXECUÇÃO SINTÉTICO DO CONTRATO DE GESTÃO Nº 001/2008				
Produção Assistencial - 2016				
Serviço	Contratado	Realizado	% Δ	
Internação	média complexidade	6.120	5.395	88%
	alta complexidade	756	1.031	136%
	TOTAL	6.876	6.426	93%
Consultas Ambulatoriais	61.200	50.795	83%	
Atendimentos de Urgência	84.000	77.647	92%	
Aprovado Pela Comissão de Avaliação e Fiscalização em 28.03.2016				

Joinville, 05 de abril de 2017

Ivete Negrelli
Diretora Geral

Claudia Heleodoro Lopes
Tec. Contabilidade CRC/SC 038362/O-4